



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 05/ 2011

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

28 de dezembro de 2011

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Francisco da Silva António

2º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2. Regulamento do Cartão Municipal do Idoso;**
- 3. Mapa de Pessoal para 2012;**
- 4. Documentos Previsionais 2012;**
- 5. Revisão Administrativa – Documento Verde;**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia:-----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Rui Miguel Vermelho Serras, Francisco da Silva António, Pedro Miguel Matos Carreira, Luís Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras, Fernando Teresa da Silva.-----

Estiveram presentes os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores, Joaquim Serras, Fernando Vasco e Pedro Duque.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu como consumada a substituição da Senhora deputada Hália Santos pelo Senhor deputado Pedro Carreira, referindo que a mesa recebeu o pedido de renúncia da Dra. Hália Santos e, na sua opinião, pode-se proceder à tomada de posse do Senhor deputado, que inclusive já participou numa outra Sessão da Assembleia, desejando-lhe ainda as boas vindas.-----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por maioria com duas abstenções.-----

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que sobre o expediente recebido e, além do pedido de renúncia da Dra. Hália Santos, foi recebido também correspondência relativa à representação da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do PDM, tendo enviado a comunicação a todos os senhores deputados, dado que esta informação foi rececionada entre as duas reuniões e, para que o processo não se atrasasse, tomou a liberdade de se auto nomear para a referida comissão, colocando à consideração dos senhores deputados esta decisão. -----

Deu a conhecer também a comunicação da CIMT, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, uma Moção relativa à Saúde e ainda, uma comunicação do Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, sobre o Documento Verde relativo à reforma da administração local. ----

Continuou o Senhor Presidente da Assembleia, propondo a aprovação de um voto de pesar e reconhecimento ao Dr. Álvaro Passarinho, cujo documento irá ficar arquivado na pasta de documentos anexos à presente ata. -----

Posto a votação, o voto foi aprovado por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Serras, sobre a situação das portagens na A23, na sua opinião, seria importante o executivo camarário tomar alguma posição em relação a este assunto e, apesar de ser a favor do utilizador/pagador, os valores praticados são completamente fora da realidade, em relação às outras vias e, na sua opinião seria importante que o Sardoal tomasse alguma posição em relação ao assunto ou perceber se já foi feito algo. -----

Continuou o Senhor deputado colocando outra questão, a qual carece de confirmação, pois foi-lhe dito que a variante que vai para Vila de Rei irá também ser portajada, questionando se terá algum fundamento. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia colocando uma questão relacionada com o tarifário da água, aprovado no passado mês de Agosto, nomeadamente se, o tarifário aplicado no mês de Agosto, foi aplicado de forma legal, ou não, uma vez que se está a fazer um efeito retroativo e que constitucionalmente não pode acontecer, solicitando que o Senhor Presidente esclarece se esta aplicação tem suporte legal no entendimento da Câmara Municipal e se for necessário, depois que o demonstre, ou não tendo suporte, que é o que parece mais evidente como é que pensa compensar os municípios que no mês de agosto pagaram a água por tarifários indevidos. Ainda relacionado com a água e neste caso sobre a Barragem da Lapa, que muito tem preocupado, tendo-se falado muito nas obras de reparação do paredão, entretanto surgiu a necessidade de mais uma obra, querendo saber qual o ponto da situação sobre as correções necessárias a serem feitas na Barragem da Lapa, se o

passadiço vai ter de ser alvo de obras, fez ou não fez também ele parte da empreitada inicial da Barragem da Lapa, se existe perigo para as populações ou para o respetivo património, para quem habita ou tem património a jusante da Barragem, que medidas a Câmara Municipal já tomou para avaliar o risco inerente a esta Barragem, nomeadamente nestas alturas de chuvas em que a barragem pode subir de nível muito rapidamente e até ultrapassar a cota que está neste momento autorizada, não haverá aqui risco de rutura, se o plano de segurança ou de emergência da Barragem está aprovado e que medidas contempla em caso de rutura do paredão. Questionou ainda se foi feito algum estudo sobre eventuais impactos de situação de verificação de risco mais gravosa sobre aquela obra. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que em relação ao que disse o Senhor deputado Rui Serras, também a Câmara está preocupada com as portagens na A23 e desde o início que a Câmara manifestou a sua discordância em relação à forma como estava a ser feito o processo de portajar aquela via. A Câmara acompanhou desde o início a posição de todo o médio tejo, inclusivamente chamando ao local o Senhor Secretário de Estado de então para fazer com os autarcas do médio tejo, o trajeto alternativo. Entretanto a Câmara aprovou uma moção em que discordava frontalmente daquelas portagens, mais tarde subscreveu uma posição de um grupo de cidadãos de Abrantes, que estão a tentar por via judicial impedir que as portagens avancem e, neste momento acompanha todo o processo com a Comunidade, preocupada como o Sardoal, está a tentar dialogar com o Senhor Secretário de Estado para que possamos de alguma forma corrigir ou rever esta posição do governo. Em relação à estrada Nacional 2, é a primeira vez que ouve falar em portagens para esta estrada. -----

Em relação à posição do Senhor deputado Adérito Garcia, que o tarifário da água foi executado de acordo com o que a Câmara sabia em relação à Lei, provavelmente está a referir-se ao Edital que saiu com um atraso de cinco dias, este processo já foi levantado também por um Vereador da Câmara e está entregue ao advogado para que se pronuncie sobre isso, de qualquer forma trata-se de cinco dias em relação ao mês de Agosto, de qualquer forma os munícipes nunca saíram prejudicados. -----

Sobre as obras de reparação da Barragem, neste momento o projeto está a ser elaborado por uma outra empresa, dado que a Hidroprojecto está em processo de insolvência. Em relação às obras que são mais visíveis, por exemplo em relação àquilo que acontece às fissuras no descarregador de cheias, a empresa já foi reparar, mas a Câmara discorda da forma como foram feitas as reparações e fê-lo sentir imediatamente à empresa. Em relação ao passadiço, o mesmo faz parte da obra inicial, tendo-se chegado à conclusão que o mesmo na forma como foi construído provavelmente poderá por em causa alguns aspetos do paredão e, nesse aspeto é que se fez um projeto alternativo e neste momento foi

entregue por ajuste direto à empresa que vai ter a obrigação de reparar as anomalias feitas na Barragem. Em relação ao perigo, a Câmara desenvolveu todo o processo de segurança, o plano de emergência foi feito e, soube no dia anterior, que está desde 2006 no INAG, à espera de aprovação, ninguém sabia onde estava o processo, a entidade que tem que se pronunciar é a entidade que tem acompanhado de muito perto o processo da Barragem. Em relação ao risco de rutura, existem os técnicos, neste momento a Barragem da Lapa está a ser acompanhada pelo LNEC, porque por força de Lei a Câmara é obrigada a contratar os serviços do LNEC para vigiar a Barragem. A Barragem está a ser seguida pelo LNEC, pelo INAG e por técnicos que têm acompanhado outras barragens e que informam das medidas a tomar. Se existe risco de rutura ou não, acha que não, a Barragem tem nove anos e se houvesse risco de rutura os técnicos não autorizavam sequer que a Barragem funcionasse. --

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que neste período muitos dos trabalhadores da Câmara Municipal estiveram a gozar tempo a que tinham direito, porque está-se a tentar que todos os trabalhadores, dentro daquilo que é possível, gozem todo o tempo a que têm direito, até 31 de Dezembro. A grande preocupação da Autarquia foi desenvolver alguns dos aspetos que considerava mais importantes, nomeadamente o início do ano letivo e analisar todos os aspetos que chegavam, com algum cuidado, nomeadamente em termos de assistência aos alunos mais carenciados e a Câmara pôs a funcionar as cantinas, que estão a funcionar sob a responsabilidade direta da Câmara, o que aconteceu pela primeira vez e, desde o início do mês de setembro a Autarquia assumiu essa responsabilidade. -----

Continuou-se a trabalhar e, muito especialmente porque o Gabinete Florestal deixou de estar tão preocupado como esteve na prevenção dos incêndios, na limpeza de caminhos e a preparar outro tipo de projetos que tivessem a ver com a limpeza da própria floresta. -----

Sobre o campo de futebol, o processo está concluído e neste momento estão a ser concluídas as casas-de-banho para o público e o processo continua. -----

Sobre todos os outros processos, a Câmara aguarda, aguarda que haja luz verde em termos de QREN, para que se possa avançar com alguns dos aspetos que a Câmara considera muito importantes, nomeadamente com a regeneração urbana. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Serras, reportando-se ao mapa, que se na parte dos depósitos e dívidas de terceiros, não consegue perceber os valores, na dívida de terceiros foi colocada

a da Águas do Centro porque subiu para um milhão quinhentos e sessenta e oito mil, na parte das dívidas a terceiros a médio e longo prazo, há realmente uma diminuição de 600 mil euros, questionando se nesta diminuição de 600 mil euros se está já incluído o processo do leasing do autocarro, ou a Câmara conseguiu diminuir o passivo nas dívidas a terceiros a médio e longo prazo em 600 mil euros e já está estão aqui metidos os duzentos e sessenta mil do autocarro. Outra questão é que na parte das dívidas a terceiros de curto prazo, não tem diminuído, nomeadamente aos fornecedores e, com as dificuldades todas de agora, a câmara aumentou em 213 mil euros o passivo a curto prazo, a fornecedores. Em termos práticos, quer saber em que é que consta esta diminuição, o que é que foi pago. -----

O Senhor Presidente respondeu que em relação à dívida que aparece, o total da dívida que a Câmara conseguiu amortizar, inicialmente subtraiu-se o valor do autocarro e, foi dito na última Assembleia, o valor do autocarro foi de 214 mil euros que depois foram incluídos e aparecem na dívida total, por isso é que há uma certa diferença entre aquilo que se tem na parte de baixo e o que é apresentado em cima, portanto os 600 mil, serão inicialmente, sem o custo do autocarro, que aparece noutra rubrica e que afinal vai dar o saldo de quatrocentos e tal mil, portanto dá a diferença dos duzentos mil. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras para questionar sobre o que foi a diminuição dos seiscentos mil se foi para pagamento de algo. -----

O Senhor Presidente respondeu que se trata da diferença do imobilizado à dívida que a Câmara tinha inicialmente. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que o Senhor Presidente não respondeu ao questionado sobre o mapa, pois esta redução de seiscentos mil se quiser retirar os duzentos mil do autocarro, sobrando quatrocentos mil de redução, estando-se a falar de pagamentos de dívidas a quê exatamente. Outra questão que colocou foi sobre a questão do PDM, pois foi nomeada nova comissão de acompanhamento, havendo alguns formalismos a decorrer, relativamente ao trabalho efetivo, nomeadamente plantas de ordenamento, plantas de condicionantes, plantas de desenvolvimento estratégico, qual o ponto da situação em termos de trabalho efetivo do desenvolvimento do PDM, ou se ainda se está à espera que as comissões todas assentem “arraiais”, para depois a empresa começar a desenvolver o trabalho. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente para referir ter respondido que o dinheiro da dívida tinha transitado de um lado para o outro porque a dívida não é a mesma, o que se reduziu, foi na realidade os 600 mil embora depois apareça uma dívida de 214 mil que faz parte do autocarro que se comprou. – Sobre o PDM, referiu a criação e uma nova comissão e como se sabe teve de se mudar de empresa e,

simplesmente todo o trabalho que já estava desenvolvido continua a ter validade e a existir, agora está-se a constituir uma nova equipa de acompanhamento que depois apresentará os resultados à Câmara Municipal. Vai-se esperar que o processo se desenvolva e que ande mais depressa do que aquilo que andou anteriormente. -----

Interveio novamente o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que se pode presumir das palavras do Senhor Presidente que em termos práticos de trabalho efetivo, de gabinete e de trabalho de campo, a ser feito no Concelho de Sardoal pela nova empresa, não está nada feito, não há novas plantas de ordenamento sequer a ser trabalhadas, não há trabalho sobre as cartas da REN, porque está-se à espera que as comissões de acompanhamento e outras entrem em funções, pois o Senhor Presidente não respondeu à pergunta. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor deputado não percebeu o que tinha dito, o que acontece é que a empresa na prática é a mesma, a empresa é outra, mas as pessoas estão lá, tendo aproveitado o trabalho existente e continuaram a desenvolvê-lo. É evidente que não vão apresentar esse tipo de trabalho ao Presidente da Câmara ou ao Vice-Presidente ou a outra pessoa qualquer, apresentam nas comissões, que depois serão analisados e só depois serão presentes à Câmara Municipal. -----

A Câmara está a aguardar e quando chegar a altura e estiverem constituídas as comissões, o processo andarà muito mais rapidamente, porque o trabalho está a ser desenvolvido. -----

2. Regulamento do Cartão Municipal do Idoso;

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que as alterações são muito simples e que têm a ver com dois aspetos, um tem a ver com os descontos que efetivamente vão ser feitos, passou-se para trinta por cento, nos serviços que a camara presta a estas pessoas e, o prazo para renovarem o Cartão passou para junho em vez de ser janeiro. Estas alterações são fruto das experiencias colhidas ao longo dos anos. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo, solicitando esclarecimentos sobre dois pontos, em que um é sobre as condicionantes de rendimentos se são para todas as pessoas que têm mais de 65 anos, ou seja, se o cartão do idoso é para todas as pessoas, se as regalias do cartão de idoso são para todas as pessoas com mais de 65 anos ou se tem condicionamentos de ordem económica. Sobre o transporte em ambulância, que tipo de justificação é suposto haver para o transporte e quem é que o verifica, porque, diz o Regulamento que “a utilização gratuita do transporte em ambulâncias desde que tal se justifique” ou seja, desde que tal se justifique, implica que alguém verifique a justificação, questionando quem é que verifica essa justificação, porque o que se vai ver é que, neste momento o Estado ou o Serviço Nacional de Saúde limitou o acesso dos utentes aos transportes para consultas e exames

complementares e acesso aos cuidados de saúde e portanto, a procura desse serviços gratuitos vai ser imensa, pressupondo que a procura seja muito grande o que irá trazer custos maiores, querendo saber se isso está salvaguardado, se há limites, em que situação é que este Regulamento se pode enquadrar. -----

Interveio o Senhor Presidente respondendo que quem verifica a necessidade de utilização da ambulância é o médico, é a autoridade de saúde, neste caso é o Centro de Saúde que há-de ter um médico que avalie se o utente precisa ou não da ambulância. Em relação ao transporte, é verdade que houve uma limitação, mas a Câmara, que mais uma vez se faz substituir ao Estado, tem em atenção as necessidades das pessoas que precisam efetivamente de ambulância, a Câmara oferece esse tipo de serviço. Sobre o que disse primeiro, é evidente que reformados por invalidez, e que não tenham 65 anos, desde que tenham aquelas condições, podem usufruir, sendo que, as pessoas que têm mais de 65 anos, também têm de ter estas condicionantes de ordem económica. -----

Em relação à necessidade, tem de ser sempre uma autoridade de saúde, não pode ser a Câmara Municipal. -----

O Senhor deputado Manuel Paulo referiu que neste momento as normas são as seguintes, a autoridade de saúde trabalha para o ministério da saúde, o qual emanou normas para utilização de transporte em ambulância e, quem vai fazer o pedido vai-se sujeitar a essas normas, as quais são as normas do ministério da saúde e que não são as normas do cartão do idoso e portanto se vai passar só credenciais para transporte, para pessoas com determinadas condições abrangidas pelas normas do ministério da saúde, quem vai pagar é o ministério da saúde e portanto, o problema põe-se é para aqueles que não têm acesso aos transportes em ambulância que são salvaguardados pelo ministério da saúde e portanto para aqueles que não são salvaguardados pelo Ministério da Saúde, alguém tem que, tendo benefícios com o cartão do idoso, verificar se para além dessas limitações que o ministério da saúde impõe se há possibilidade de então a Autarquia possibilitar o acesso ao transporte gratuito em ambulância a determinados doentes para além daqueles, a quem o ministério da saúde, salvaguarda e faculta o transporte. É só isso que está em causa, porque senão o Cartão Municipal do Idoso está a dar aquilo que já têm. -----

O Senhor Presidente referiu ser evidente e que a Câmara tem consciência disso, simplesmente com o apertar que está a acontecer, as pessoas precisam de ambulância e não recebem o aval da parte, mas há outros médicos que não estão ligados ao serviço nacional de saúde que poderão passar essa declaração. Tem de ser sempre o médico a dizer se a pessoa precisa ou não do transporte, se for o delegado de saúde ou alguém ligado à saúde, já não será a Câmara a pagar, será o serviço de saúde

ou o hospital ou outra entidade qualquer. Neste caso não tem de ser necessariamente alguma autoridade de saúde, terá de ser um médico e a Câmara aceitará a justificação dada pelo médico. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo haver necessidade de rever o procedimento, porque aquilo que o Senhor presidente está a dizer é que as pessoas, independentemente da idade, da condição física e da condição financeira que tiverem para poderem requisitar o serviço de ambulância e terem direito a ele, vão ter de pagar uma consulta particular, para terem um documento do médico a requisitar o serviço de ambulância, pode ser uma visão um bocadinho empolada mas não deixa de ter alguma realidade. -----

Especificamente sobre o regulamento e sobre o valor dos rendimentos, em que diz que é a média dos rendimentos, questionou o que é que acontece se o agregado for de quatro pessoas. -----

O Senhor Presidente referiu que se divide o rendimento pelas quatro pessoas. -----

O que está escrito, refere o Senhor deputado Adérito Garcia, é que independentemente do número de pessoas que compõem o agregado familiar, soma-se os rendimentos e divide-se pelo número de pessoas que têm rendimentos, é o que está escrito. Parece-lhe que se está a fazer duas coisas diferentes, quer-se fazer uma coisa e escreve-se outra, propondo que, e para clarificar, pois acha que é o que a Câmara quer fazer, é substituir o que está escrito, que é: “a média dos rendimentos do agregado familiar” substituir por “o rendimento médio per capita do agregado familiar”. É uma precisão que se calhar pode evitar muitos transtornos no futuro. -----

Outra questão que tem a ver com a validade do cartão, que é mais uma dúvida, ou seja o cartão é válido de agosto a julho e é renovado em julho, ou é valido até um anos após a emissão? -----

O Senhor Presidente respondeu que o cartão tem de ser renovado em julho, porque, antigamente era em janeiro, tendo passado para julho por causa da declaração de rendimentos do IRS, dado que em julho as famílias já estão habilitadas a apresentar e claro que é um ano, dando o exemplo de uma pessoa que meteu o cartão do idoso em outubro, um julho tem de renovar o cartão, a validade dele terminará sempre em julho e depois começa de julho a julho. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia questionou se uma pessoa pedir o cartão em Abril, ao que o Senhor Presidente respondeu que em julho terá de o renovar outra vez. -----

Tomou a palavra a senhora deputada Arminda, referindo-se aos transportes de doentes em ambulância, o Regulamento é muito apertado, não estando a ser aprovados, nem estão a ser aceites pelo serviço nacional de saúde todos os transportes como até aqui, querendo saber como é que a Câmara vai aceitar e vai pagar esse transporte, em virtude de os bombeiros, por aquilo que sabe, não poderem efetuar transportes a pedido das pessoas, têm de ter sempre uma requisição do médico para

o hospital em situação de urgência, vai a situação de urgência, é o CODU que faz sair os bombeiros, para situações de consulta ou é o hospital que emite a credencial ou é o centro de saúde que a emite. Neste momento só estão a ser emitidas credenciais em transporte coletivo, os individuais são os urgentes, como é que depois a Câmara faz o apuramento, como é que a pessoa que vai ser transportada de ambulância depois pode apresentar a fatura dos bombeiros. -----

Interveio o Senhor Presidente para responder que estas situações são válidas e certas para o serviço nacional de saúde, para um hospital, para um centro de Saúde, para um posto médico, em relação aos Bombeiros Municipais, se a pessoa sente que precisa de uma ambulância tem é de a pagar, neste caso se a pessoa tiver o cartão, pode apresentá-lo, apresenta a justificação no médico e não paga a ambulância. A gratuitidade ou não é válida para o serviço nacional de saúde, para as entidades que têm essa responsabilidade. Uma pessoa que precise de uma ambulância não tem necessidade de ir ao posto médico ou ao centro de saúde buscar a credencial para ser transportada, telefona aos bombeiros, e é transportada, mas depois tem, de pagar o serviço, existindo uma tabela que está instituída e que é válida para quem requisita aqueles serviços. -----

A Senhora deputa Arminda referiu que o que não sabe é se os bombeiros podem ou não fazer o serviço a uma pessoa que não tenha credencial, e que só por sua autoria diga que precisa da ambulância, ao que o Senhor Presidente respondeu que sim, tendo a pessoa que pagar por esse serviço. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo para referir que tem de haver uma regulamentação mais cuidada deste acesso ao transporte de doentes, já não estando a falar de transportes urgentes, está-se a falar de transporte de doentes idosos, que não têm outra maneira de ir para as consultas a não ser ir de táxi, ou com carro de familiares e como se sabe a maior parte da população no concelho é idosa, está sozinha, sem dinheiro para pagar um táxi e portanto, a última alternativa que eles têm e, não há transportes públicos, ou deixam de ir às consultas e aos exames complementares, ou vão ter que recorrer a estas ambulâncias, ou melhor, viatura transporte de doentes. A tentativa de utilizar esses serviços vai ser de tal maneira grande e as pessoas não têm ideia do que é que vai acontecer, vai ser tão grande que vai ter de haver maneiras de selecionar as pessoas e os custos vão ser enormes. Se os bombeiros se queixam agora de que não têm dinheiro para combustível como é que vai ser a partir de agora. -----

O Senhor Presidente referiu só querer alertar o Senhor deputado para o facto de o cartão municipal do idoso existir desde 1998 e esta parte é exatamente a mesma e nunca houve problemas com esta situação e sempre funcionou bem. O problema que se punha é que antigamente a ambulância servia de táxi, era barato e gratuito e as pessoas tinham-na à sua disposição, entretanto com a legislação toda

que houve as situações foram moralizadas, não vindo qual é o motivo de preocupação por um artigo que já está em execução desde 1998 e que nunca deu problemas. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia para dizer que pelo facto de o Regulamento já existir desde 1998 não quer dizer que não possa ser melhorado e, por outro lado gostava de lembrar o Senhor Presidente que a conjuntura é outra, de há uns meses para cá mudou e é isto que se está a tentar alertar, apesar de as pessoas não quererem ouvir. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista para dizer ao Senhor deputado Adérito Garcia que se não conhece o Regimento desta Assembleia deveria conhece-lo, tendo os senhores deputados do Partido Socialista esgotado o seu tempo para falarem, mostrando ainda a sua indignação pelo tempo despendido a discutir o mesmo assunto quando existem outros para serem discutidos. -----

Sobre o assunto do Cartão do Idoso e o transporte em ambulância, na sua opinião a alijar um bocado a responsabilidade da família que deveria ser chamada e, quando está longe, como disse o Senhor deputado Manuel Paulo, tem de haver efetivamente os meios de controlo e os meios de acesso. -----

Refere poder falar sobre o assunto por conhecimento direto de utentes que estão à responsabilidade de uma instituição, nunca deixaram de ter médico nem de ter as coisas, muito embora ninguém pagasse mais um tostão por ter médico e enfermagem dentro da instituição, nem o Estado sequer e isto é que é de lamentar, a contingência é outra, completamente diferente, mas com o andar dos tempos e da carroça, possivelmente qualquer dia nem de táxi se consegue chegar a lado nenhum, porque o abandono das famílias dos seus familiares, mais carenciados, mais dependentes, mais necessitados é uma realidade muito triste neste Concelho. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea a), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento do cartão Municipal do Idoso. --

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, apresentando uma Declaração de Voto, cujo teor é o seguinte: -----

“ Como é óbvio o grupo municipal de deputados do Partido Socialista não está contra estas alterações nem o próprio Regulamento e muito menos o próprio Cartão do Idoso, quisemos tão-somente chamar a atenção para algumas incorreções que nós entendemos que existem neste Regulamento. Assim não foram entendidas, veremos a seu tempo o resultado.” -----

3. Mapa de Pessoal para 2012;

Interveio o Senhor Presidente referindo que em relação ao Mapa de Pessoal, existe uma diminuição, relativamente ao do ano transato, dando cumprimento ao que está estipulado. O Mapa representa aquilo que a Câmara considera absolutamente necessário para a execução, tendo em atenção os condicionalismos a que a Câmara está sujeita e que neste momento obriga a fazer alguns cortes. É um mapa que se ajusta às necessidades do município e é por isso que é proposto. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora referindo que de facto existe uma diminuição de lugares, e gostaria que ficasse mais claro, se esta extinção de lugares que está neste quadro, na primeira página, foi motivado por aposentação, se foi extinção de lugares, por outro lado, ficou um pouco surpreendida pelo facto de, apesar de ainda não ser força de lei, já ter na sua posse o livro verde, fornecido pela Assembleia, que chama a atenção para o critério e determinação do número máximo de dirigentes municipais de acordo com a tipologia de cada município, sabendo que no município de Sardoal, que tem menos de 5 mil habitantes, o nosso município vai ter apenas lugar a um chefe de divisão, daí ter ficado surpreendida de não ter havido no mínimo uma redução dos lugares em cumprimento da Troika. Referiu também continuar a haver criação de lugares, designadamente para Biblioteca na categoria de Técnico Superior, Aprovisionamento, existe um outro novo de ensino básico que havia o ano passado e que este ano não há para Engenharia Florestal, portanto, não se deixou de criar novos lugares. Existe também a nível de assistente técnico um novo lugar, higiene e segurança no trabalho, que lhe parece um bocadinho desajustado. Questionou ainda porque é que não se teve em conta as instruções sobre os lugares dirigentes. -----

O Senhor Presidente respondeu que, sobre os lugares dirigentes, como a Senhora deputada sabe, efetivamente terá de haver redução, mas a Lei só vai obrigar a partir de julho de 2012, portanto se um chefe de divisão estiver em exercício no dia 1 de janeiro e está, terá de fazer parte deste mapa, mesmo que ele no dia 02 acabasse, a senhora sabe isso, no dia 01 estando em funções, tem de aparecer neste mapa. Em julho, a haver correções, serão feitas nessa altura, porque é nesse mês que começa efetivamente a contar a indicação que é dada. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, colocando uma questão sobre o número de postos de trabalho, porque efetivamente sinalizamos só os postos de trabalho que estão providos, que estão ocupados, verificando-se que do mapa de 2011 para o mapa de 2012 não há alteração, a única alteração que se tem é em termos de lugares que não estão ocupados e que vão transitando de ano para ano, portanto, presume-se que efetivamente na prática e na realidade não vai haver redução de lugares ou de postos de trabalho e, sendo assim, aquilo que a Troika vem obrigar à redução de pessoal

e a redução de custos com pessoal, se não se reduzir os postos de trabalho, não sabe como é que se vai cumprir essa meta, mas o Senhor Presidente terá uma boa resposta para dar. -----

Interveio o Senhor Presidente para dizer ao Senhor deputado que efetivamente vai haver redução. Existem trabalhadores que terminam na próxima semana os seus contratos com a Câmara Municipal, estando no mapa porque ainda estão a trabalhar alguns dias, como as reduções e todas essas situações só têm valor e só são contadas a partir de julho do próximo ano, nessa altura já terá que haver essa redução. Sobre o número efetivo que o Senhor deputado referiu, respondeu que, se se considerar, em 2011, neste momento, a Câmara tem 186 funcionários, mais vinte contratados, se se tirar os 30 que vieram da escola e que foram integrados no quadro de pessoal da Camara, irá verificar que há efetivamente um número inferior de funcionários. De qualquer forma, isso só será contabilizado, em termos daquilo que impõe a Troika, a partir de julho, porque entretanto há os tais funcionários que vão terminando os contratos e que se vão embora, portanto esta situação dos vinte, estes vinte contratados são contabilizados hoje, provavelmente no dia 1 de janeiro, se calhar alguns já não são no dia 2 como tinha explicado. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora questionando o porquê de terem sido criados novos lugares que não existiam no mapa de pessoal de 2011, ao que o Senhor Presidente respondeu que a experiencia aconselhou assim se fizesse, dando como exemplo o Gabinete Florestal, em que a Câmara tem um serviço contratado para poder desenvolver algum tipo de atividade que era importante no capítulo de ordenamento, de proteção, desenvolvimento de atividades relativas à floresta e era importante a Câmara ter esse gabinete. A Câmara não tinha no seu quadro, um Engenheiro Florestal e era importante criar esse lugar para que no futuro, se for caso disso, abrir o concurso se se puder fazer, porque efetivamente neste momento é importante que se tenha esse lugar preenchido, ou então contratar os serviços, que é o que a Câmara está a fazer. Outro que referiu foi o da Biblioteca, e uma das coisas que vai terminar o seu contrato é a bibliotecária, que termina o contrato agora e, portanto, não sendo renovado a Câmara tem de o manter no mapa por isso é que aparece o técnico superior de biblioteca que faz parte do acordo com o IBL. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea o), do nº. 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, com treze votos a favor e seis abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2012. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

4. Documentos Previsionais 2012;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o próximo ano foi de alguma forma decisivo na elaboração destes documentos previsionais, do plano de atividades e orçamento, devido aos condicionalismos a que a Câmara está sujeita, às fortes restrições orçamentais a que a Câmara foi levada a ter em conta, mas muito especialmente, tendo em atenção à parte social, que tudo indica irá agravar muito no país. Claro que no Sardoal não será muito diferente do que irá acontecer em Portugal e por essa razão a Câmara tem um orçamento que vai muito virado para as questões sociais, para o apoio à família e às pessoas que possam eventualmente vir a necessitar de apoio. É um orçamento que vai ter muito em atenção, essa componente social e, é evidente que se houver o desbloqueamento da parte de fundos comunitários, se houver a possibilidade de se executar obras, é absolutamente importante que elas estejam mencionadas e algumas delas por exemplo que estão a condicionar muito os valores deste orçamento, nomeadamente o Centro Escolar, se a Câmara o puder fazer e, neste momento a Câmara está a tentar que o Centro possa ser com uma participação de 100%, de qualquer forma, faz parte da previsão da Autarquia e, a Câmara naturalmente não o esquece. O Centro Escolar vai custar à volta de 8 milhões, sendo que, se se conseguir, três milhões serão gastos no próximo ano. Estes são valores que estão a condicionar muito todo este orçamento. -----

Este orçamento tem muito em atenção as pessoas e efetivamente preocupa à Autarquia o que possa vir a acontecer durante o próximo. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras tecendo algumas considerações, nomeadamente sobre, primeiro, o Parque Escolar e, percebendo que a renovação do Parque escolar faz parte da estratégia que o Executivo tem para o futuro do Concelho, quer perceber em que ponto é que está o projeto, porque segundo o que está escrito, tudo indica que seja financiado a 100% a sua renovação, querendo saber o que está feito efetivamente para que isso aconteça. -----

Outra situação tem a ver com o equilíbrio entre as receitas correntes e as despesas correntes, portanto, nas receitas correntes estão considerados um milhão e meio, contas por alto, será o valor da Águas do Centro e dos juros de mora com o pagamento da dívida, querendo perceber, sobre os juros de mora, se no contrato está previsto o pagamento dos mesmos pelo atraso do pagamento. Contabilisticamente, isto será viável considerar, a realidade provavelmente será outra coisa. No caso deste milhão e meio falhar quer saber qual é o plano de contingência que existe para fazer face a estas despesas correntes

todas, ou se a Câmara vai mais uma vez desequilibrar o orçamento e acumular dívida que é a única forma de continuar a funcionar. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que, ouvindo as palavras do Senhor Presidente e lendo as primeiras páginas do relatório dos documentos previsionais, de facto, parece que desta vez o orçamento será ajustado à realidade mas, algumas linhas mais à frente é-se confrontado com um texto, que está escrito, quando a palavra de ordem é poupar e restrições orçamentais e reduzir despesas, o que a Câmara faz num orçamento municipal, é aumento da despesa corrente de 6% face ao ano anterior. -----

Depois de estudar o documento tem dúvidas se o Senhor Presidente estará suficientemente atento à realidade económica do país, da europa e do mundo, parecendo-lhe que de facto não está ajustado. ----

Nas receitas correntes existe uma redução dos impostos diretos quando aquilo que o Orçamento de Estado prevê, é um aumento, nomeadamente, as taxas do IMI, logo aqui existe algum desajuste. Em relação às taxas, multas e outras penalidades já foi falado. A Águas do Centro nem sequer receberam porque a Câmara também não recebeu a Barragem da Lapa mas já se está a contabilizar o milhão que não foi pago porque efetivamente têm a Barragem ao serviço, mas também ainda não receberam e, não chegando só um milhão já se está a falar de juros também. Em termos de despesas correntes, aquisição de bens e serviços existe um aumento de 76% face ao ano anterior, o que se diz no relatório é que a estimativa, para 2011 foi deficitária e corresponde ao que foi realizado este ano, mas o que lhe parece é que se está em altura de contenção, reduzir despesa, não havendo sinal de qualquer correção. Em termos de juros e outros encargos, os juros que as entidades públicas vão ter de começar a pagar por atrasos de pagamento, a única coisa que a Câmara Municipal dá, o único sinal que dá sobre esta questão é inscrever duzentos e vinte mil euros para cobrir juros de dívidas ou de atrasos de pagamentos, mas não dá qualquer sinal de tentar reduzir estes valores, eventualmente nem sequer ter de usar esta verba. -----

Nalgumas despesas referidas, numa altura em que a palavra de ordem é contenção e mesmo em termos de pessoal, as indicações são para reduzir pessoal e despesas com o mesmo, mas mesmo assim consegue-se inventar recrutamento de pessoal, novos postos de trabalho de 35 mil euros, só para o serviço de recrutamento, não está a falar de salários, está a falar de outsourcing de uma empresa para fazer recrutamento, estudos e pareceres mais 119 mil, outros trabalhos especializados 172 mil euros, outros serviços 160 mil euros, e, todos os anos se volta à mesma conversa, os “outros”, nunca ninguém sabe muito bem explicar o que é que quer dizer estes “outros”, quer para a despesa quer para a receita, valem sempre milhões. -----

Em termos de valor global do orçamento, efetivamente acha que está completamente desajustado, bastando olhar para o que fizeram os Concelhos à volta de Sardoal para que se aperceba que nenhum aumentou o orçamento e este aumentou em larga escala. -----

Referiu ter feito contas mais aproximadas da realidade e, já contando com algum sonho, com alguma capacidade para sonhar, o melhor valor a que chegou foi de sete milhões e meio, de despesa e de receita, portanto estes doze que se fala parece-lhe muito desajustado. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo referindo ter lido na informação do Senhor Presidente sobre a recuperação do património edificado e histórico, assunto que tem vindo sucessivamente de informação para informação, no entanto, após ter visto o plano plurianual, não vê qualquer verba referente a estes itens, solicitando esclarecimentos sobre o assunto. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que, efetivamente este orçamento aparece com um valor elevado porque teve de se contemplar, e já tinha referido o mesmo na informação prestada inicialmente, a renovação do Parque Escolar, a construção do Centro Escolar que só por si vai custar no próximo ano três milhões, a obra em si ficará em 8 milhões, no próximo ano três milhões, depois mais três milhões e depois mais dois milhões, se retirarmos os três milhões, têm-se uma educação efetiva de quase dez por cento, e isso vai fazer com que realmente este orçamento seja de alguma forma realista, e diz de alguma forma, porque um orçamento é sempre um plano de intenções, muitas vezes o sonho que se procura realizar como o Senhor deputado quis referir e portanto se se tem a esperança e a fé de que se possa fazer uma obra que custa 8 milhões de euros, se se conseguir com financiamento quase ou muito próximo dos 100% pergunta ao Senhor deputado se ele próprio deixaria de inscrever num orçamento. -----

Referiu também o Senhor Presidente que um orçamento tem de ser o espelho daquilo que se vem realizando e, se no ano passado se reduziu a dívida na casa dos seiscientos mil, o sonho da Câmara também será reduzir essa dívida, a qual tem de aparecer, tem de ser orçamentada, tem de se combater isso e combate-se porque os níveis de investimento começaram a diminuir porque os fundos comunitários estão a chegar ao fim, começa a haver algumas restrições no próprio desenvolvimento do processo das candidaturas e a Câmara tem necessidade absoluta de refazer algumas das suas estratégias e esta é a posição da Câmara. Em relação ao que a Câmara pode fazer, ao que vai fazer com este orçamento, pensa que se irá naturalmente realizar alguma da obra que a Câmara gostaria de realizar, toda não será realizada porque seria muito complicado mas, e respondendo ao facto de ter falado que se os fundos comunitários avançarem a Câmara poderá avançar para a recuperação do

património histórico, referindo que as passadeiras do centro histórico fazem parte da regeneração urbana assim como o edifício do antigo colégio também. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, com treze votos a favor e seis contra, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2012. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, apresentando uma Declaração de Voto, cujo teor é o seguinte: -----

“ Os deputados Municipais eleitos pelo Partido Socialista votaram contra a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2012, apresentados na discussão da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2011, baseados nos seguintes fundamentos:

Este documento não apresenta qualquer novidade face documentos anteriores mantem os mesmos vícios de empolamento das receitas pelo que não pode representar os documentos de gestão como deveria. Em vez de clarificar a estratégia para o próximo ano, representa antes e mais uma vez, uma visão ofuscada da realidade que todos conhecemos, mas que alguns preferem não ver. O valor de 12 milhões de euros inscritos no orçamento contrapõem coim execuções anteriores próximas dos cinco milhões, ou seja, podemos desde já antever uma execução inferior a cinquenta por cento, aliás, como tem sido exemplo nos últimos anos.

Uma versão mais realista, mesmo admitindo alguma capacidade de sonhar, apresentaria um orçamento aproximado de sete milhões e meio.

O documento que acabámos de discutir, não revela qualquer sinal evidente de redução da despesa mesmo sabendo-se desde já de uma quebra nas transferências do Estado, antes pelo contrário, mantêm-se algumas das despesas que a maioria dos munícipes já apontou como supérfluas, nomeadamente as viagens de turismo, dado o seu carácter elitista. Ao contrário, nós somos pelo apoio social aos mais desfavorecidos, aos idosos, especialmente os que permanecem isolados, aos desempregados e a todos os que de qualquer forma escondida deambulam pela miséria.

Infelizmente para todos os sardoalenses, não é esta a política que o município pretende seguir. Este orçamento traduz uma política para o próximo ano que não consagra qualquer medida de crise, mesmo que fosse possível para o ano mais difícil que alguma vez tenhamos vivido nas nossas vidas. -----

2012 vai ser o ano de maior desemprego, o ano em que o governo exige mais austeridade e promete uma diminuição do apoio da segurança social e no apoio do serviço nacional de saúde, daí o papel fundamental que cabe à Câmara, pela sua proximidade com os Sardoalenses em apoiar como já afirmámos, os mais desprotegidos, mas para isso é preciso ter a consciência do momento em que combatemos

vivemos e, não queremos que este momento reflita esta preocupação.

Temos ao longo dos anos vindo a afirmar que um orçamento é em si mesmo o melhor documento de suporte à gestão e está diretamente relacionado com o plano traçado ou o objetivo definido e com o contexto em que se insere. Um orçamento deve estar definido à política a seguir, o rumo a tomar e a forma de o fazer, que caminho, em que tempo, quais os recursos a utilizar. No entanto constatamos que V. Exas. continuam, ano após ano a gastar o dinheiro dos contribuintes, o dinheiro proveniente dos impostos de todos nós em rotinas de gestão, em fatores não produtivos, em despesas perfeitamente dispensáveis.

Este documento, aliás, como vem sendo hábito, está completamente desfasado da realidade como já ficou demonstrado em orçamentos anteriores aprovados, que no final se pautaram por execução abaixo dos cinquenta por cento.

Por tudo isto meus Senhores e minhas Senhoras manifestámos o nosso voto contra”. -----

5. Revisão Administrativa – Documento Verde;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para referir que este é um assunto que não poderia deixar de ser discutido na Assembleia Municipal e que o Grupo de Trabalho posposto pelo executivo camarário e que se encontra em função e que já fez diversas reuniões com a participação de deputados municipais, continua em fase de trabalho para apresentar um relatório em tempo oportuno. – Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, que referiu na sua qualidade de deputado eleito pelo círculo de Santiago de Montalegre e, é nessa condição que está agora e sempre ao longo de alguns anos, foi até há pouco tempo, o único deputado eleito de Santiago de Montalegre, juntamente como Senhor Presidente da Junta que ali está por inerência de funções e, nesta altura, felizmente tem-se outro deputado, nado e criado de Santiago de Montalegre presente e que de alguma forma irá colaborar da melhor forma no sentido de alterar ou pelo menos tentar alterar aquilo que parece quase irreversível. Referiu ser, neste momento, o segundo deputado mais antigo a seguir ao deputado Júlio Lobato e, pela primeira vez vem à Assembleia uma moção de apelo, subscrita por dois deputados municipais, de partidos diferentes, o que revela o empenho das pessoas, ou pelo menos tenta-se que por todas as maneiras possíveis que o processo de extinção das freguesias, neste caso de Santiago de

Montalegre, não siga em frente. Todos sabem que o Concelho de Sardoal ficará amputado de um dos membros se a Freguesia de Santiago de Montalegre for extinta, as aldeias e as pessoas continuarão por lá, mas pelo que foi ao longo da história e pela validade que tem tido a nível de apoio e se se quiser chamar de paisagem, a Freguesia de Santiago de Montalegre teve ao longo da história e há-de ter um papel muito importante e preponderante naquilo que tem sido a vida do Concelho de Sardoal. Pode ser o braço esquerdo, poder o braço direito, o que importa é que tem sido um dos braços e a prova disso é que à medida que foi passando no tempo em que as aldeias foram acabando, em que as pessoas foram embora, a freguesia ficou de facto desertificada e dá no que deu. Este assunto já foi há longos anos que tem vindo a ser trabalhado, que se tem falado nisto, de facto as aldeias estão a acabar a freguesia um dia destes vai acabar, por inerência e por arrasto e se calhar até o Concelho vai sofrer com isto e é neste sentido que traz a Moção de Apelo, a qual não sendo transcrita irá ficar arquivada na pasta de documentos anexos à presente ata, dela fazendo parte integrante e aqui se dando como integralmente transcrita. -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que as moções fossem votadas no final da discussão. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Silva, referindo que Valhascos provavelmente estará no mesmo caminho, referindo que aquela freguesia também sente a angústia na pele e, a Junta de Freguesia e a Assembleia acham que esta situação é uma injustiça e como tal trouxe uma Moção, a qual não sendo transcrita irá ficar arquivada na pasta de documentos anexos à presente ata, dela fazendo parte integrante e aqui se dando como integralmente transcrita. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras, referindo com as intervenções anteriores, porque na sua opinião um Concelho não pode viver sem as suas freguesias assim como as freguesias não podem viver sem a sua Câmara. Há uma coisa que talvez esta reforma não contempla e que devia contemplar, os eleitos locais deveriam de ser pessoas residentes e recenseadas nos respetivos concelhos e freguesias e como se poderá ver, ainda há bocado se falou nos impostos e nos valores a receber, essas pessoas que o reclamam nem cá são recenseadas nem cá pagam os seus impostos, há vezes tem de se ter cuidado quando se houve falar no Livro Verde, que ele talvez tenha sido culpa de governos anteriores que criaram esta situação difícil do país e que se calhar até por causa disso fugiram cá para fora para ninguém os ouvir falar. O pior que encontra é que nas ditas intervenções que foram feitas no Concelho, haver tanta ignorância nos cidadãos residentes e recenseados no Concelho quando se apela a que havia de ser extinguidas todas as freguesias, o livro verde não fala em extinção mas sim em agregação, aqui talvez haja um pouco de ignorância e a falta de informação que essas pessoas têm da atividade que as freguesias fazem junto das populações rurais, no mundo rural muitas

vezes a freguesa é o assistente social, é o médico, é o enfermeiro, é o advogado, é o juiz, muitas vezes tem de funcionar assim e, quando o eleito local, no caso das aldeias, no caso das freguesias tem de ter 24 horas disponíveis para atender a qualquer ponto e, a sua freguesia talvez nem seja dessas que vem referenciada no livro verde agora, não quer dizer que não venha no futuro, lamenta que haja cidadãos no concelho de Sardoal que tenham esta triste frase "*haviam de ser extinguidas todas as freguesias*", na sua opinião estes cidadãos não têm conhecimento nem a cultura do Concelho de Sardoal, não o conhecem e isto é muito grave. -----

Outra das coisas que como Presidente de Junta da Freguesia de Alcaravela tem defendido nas Comissões é que a extinção nunca pode ser, porque até o próprio livro verde fala que, a extinguir são freguesias com menos de 150 eleitores, mas tem lá a triste frase que diz que a distância tem de ser de 15 quilómetros, de certeza que o técnico ou a pessoa que fez este livro verde não tem conhecimento real do país, não tem conhecimento do mundo rural nem do interior. Ainda ontem quem viu a televisão, viu uma fotografia aérea da desertificação de Portugal, como ela está a ficar. Estes intelectuais que dizem defender a extinção das freguesias querem ver o autentico deserto no interior do país, assim como tínhamos ao lado a vizinha Espanha, com os grandes centros e a desertificação. Como Presidente de Junta de Freguesia de Alcaravela quer deixar um grande apelo à Assembleia Municipal e a todos os presidentes de junta, que não baixem os braços, que lutem para que as freguesias do Concelho de Sardoal continuem a sê-lo, porque todas elas têm mais de 150 eleitores, não estão a quinze quilómetros da sede de Concelho, mas estão talvez a um quilometro dessas freguesias e que equivale a trinta num grande centro. Onde as freguesias praticamente batem umas nas outras. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que independentemente de não ser Presidente de nenhuma Junta de Freguesia, já foi membro de uma, estando perfeitamente de acordo com as posições assumidas pelos representantes das freguesias de Santiago de Montalegre, Valhascos e Alcaravela e é, por três motivos, primeiro, votou contra e foi contra e fez campanha contra a regionalização porque efetivamente ela não era na defesa das pessoas mais necessitadas e dos mais desprotegidos e carenciados de apoio e verificou-se através da desertificação que é cada vez maior, verificou-se ultimamente e nos últimos meses que está a haver algum regresso e já se vê algumas propriedades mais amanhadas, o que equivale dizer que as pessoas começaram a sentir que o campo vale a pena para algumas coisas. -----

Quando, na Assembleia, falou pela primeira vez o Senhor Presidente sobre a possível extinção de freguesias ou concelhos, nessa altura disse ser contra essa extinção pela simples extinção, mas que era a favor de uma redimensionação do território, ou seja, o Concelho de Sardoal está cercado por um

Concelho que tem área super excessiva e sem significado absolutamente nenhum. Se se pegasse naquilo que é excesso do Concelho de Abrantes e se se procurasse efetivamente ver até que ponto esta redimensionação territorial representaria um favorecimento para os Concelhos mais despovoados, com menor área ou com menor densidade, ter-se-ia como consequência uma melhor ativação e uma melhor vida para as pessoas. Juntaria somente mais uma coisa ao que disse o Senhor deputado Manuel António, que é estar contra e ir votar contra em todo o lado em que tiver voto, porque obviamente as pessoas não conhecem a realidade. Gostaria que o Senhor deputado Miguel Relvas, que conhece algumas coisas do concelho de Sardoal, fosse um dos que está aqui pronto para acompanhar o INEM a um lugar de Santiago de Montalegre, porque o INEM não conseguia lá chegar e como foi afirmado pela enfermeira que presta serviço na Misericórdia, que teve que ser ajudada no caminho, pois estes são intransitáveis. A Misericórdia presta apoio a utentes, em que no tempo do Inverno tem de se fazer cerca de um quilómetro a pé, a descer e depois a subir, para se levar as refeições a uma pessoa, porque o caminho não permite que lá vá uma carrinha e, esta, é a triste realidade que não se conhece. É muito fácil estar sentado a uma secretária, pegar e dizer o que é que tem de ser feito e acabou, e onde está o dinheiro, quanto é que o Estado tem que dar para essas situações. Fez referência à miséria dos serviços de saúde e da forma como eles estão, em que ainda não há muito tempo, algumas Misericórdias e principalmente as sediadas no Norte do País, estavam em risco de não poderem cumprir com as suas obrigações, porque a dívida do Ministério da Saúde em relação aos cuidados continuados, estava a gerar a ruína económica da instituição. Veio na televisão a intervenção do provedor da Misericórdia da Covilhã que tem uma dívida de cinco milhões euros, causada essencialmente por duas coisas, um laboratório e cuidados continuados e esta, é a tristeza do nosso país em que gostaria que antes de se tomarem medidas, distinguir até que ponto podem ou não podem contribuir para uma melhoria da vida das populações. Obrigar pessoas a fazerem seis ou sete quilómetros sem transporte, e foi referido anteriormente, se há dificuldade em fazer transportes para o médico, para o hospital, quantas dificuldades terão as pessoas para deixarem a Junta lá um quilómetro ou dois e fazerem seis ou sete virem à junta da freguesia mais próxima que fica agregada. Ao invés, já é favorável à extinção de outras freguesias, como foi o caso de Lisboa, como é o caso de Abrantes, S. João, que não justifica a sua existência. Se há alguns casos em que concorda há outros que discorda e, no caso das freguesias rurais é 100% contra como sempre foi, e como foi no tempo da regionalização, a qual foi feita de uma forma que considera aberrante. Este é o seu ponto de vista e respeita todos aqueles que são contra, mas a dar-lhe razão, a divisão territorial dos tribunais judiciais

ou o novo mapa judiciário, produziu tantos efeitos que se anda há cinco anos as voltas com ele e não se conseguiu ainda chegar a um consenso. -----

Tem esperança que a nível das freguesias, principalmente aquelas que mais falta fazem às populações, o Governo tenha a sensatez suficiente de ir adiando até ver os efeitos reais, que corte naquilo que tem de cortar e onde pode cortar, são as empresas público-privadas que não fazem falta nenhuma neste país e deixem as pessoas viver nos seus lugares, apelando para que regressem e que não se tenha muita gente que vem cá passar fins de semana e tem a sua vida e pagam os seus impostos noutra lugar. -----

Está de acordo com as Moções apresentadas, está contra esta carta verde por que ela na sua maior parte e na parte rural não representa a vontade das populações e quanto às pessoas que fazem a afirmação referida anteriormente, dirá pobre gente, é o mundo em que se vive. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo referindo que o mais importante de tudo é que as pessoas tenham o melhor serviço possível, o qual será efetuado pelas pessoas que estiverem mais informadas das condições da população e se tiverem orçamento para o fazerem. Quer se agreguem freguesias ou não elas não vão deixar de ser freguesias, Santiago de Montalegre mesmo que sejam agregada a Alcaravela, nunca vai deixar de ser Santiago de Montalegre, esta individualidade ninguém a vai tirar, tal como acontece com Valhascos, Sardoal ou Alcaravela, pois as pessoas que aí vivem é que dão a individualidade às terras. No seu ponto de vista o mais importante é saber se extinguir órgãos autárquicos vai trazer ou não benefícios para as populações, isto é que interessa. A discussão deve centrar à volta disso, ou seja, se com o mesmo orçamento e com menos órgãos autárquicos se consegue fazer melhor serviço. Gostava de ver este assunto mais bem explicado. Se realmente o orçamento disponível para, por exemplo, Santiago de Montalegre e Alcaravela vai ser a soma de dois orçamentos, com menos custos pois vai ter-se menos um órgão autárquico para funcionar, provavelmente haverá mais dinheiro disponível para servir a população, não lhe fazendo muita confusão que seja o Presidente da Junta de Alcaravela a prestar apoio a Santiago de Montalegre. O mais importante para si, não se se extingue uma freguesia ou se se agrega uma freguesia com outra ou não, o importante é saber qual é a maneira de melhor se prestar serviço à comunidade. O que está mais em causa é saber se se vão extinguir órgãos autárquicos ou não, não são as freguesias que vão ser extintas. -----

Sobre o papel das juntas de freguesia, elas existiram até agora e não evitaram a desertificação, as más estradas e não evitaram o isolamento das populações, prestaram um serviço que não foi suficiente para colmatar as carências da população, portanto, o importante é saber como se vai colmatar as carências

da população, não é se se mantêm ou não as freguesias, se se agregam ou não. No seu ponto de vista vão ser as Associações de Moradores, o ponto chave para prestar o serviço de proximidade às populações. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo fazer parte do grupo de trabalho e, não querendo falar do mesmo, quer dar a sua opinião pessoal e, ninguém no grupo de trabalho é a favor da extinção das freguesias do Concelho, estando todos de alguma forma empenhados em procurar argumentos, que possam contrabalançar as regras impostas pelo livro verde, aqui é que está a grande questão. Ainda assim gostaria de frisar mais dois aspetos, é verdade que as freguesias e o próprio Concelho de Sardoal, sem considerar a freguesia de Valhascos, pois tem sido o oposto, estão a perder população e, esta evolução da população é também o resultado daquilo que tem sido de alguma forma as opções tomadas no próprio Concelho. O facto de se ter um zona industrial que há dez ou quinze anos não tem evoluído o necessário, o facto de termos insistido em políticas de tipo "*preferimos ser o dormitório de Abrantes do que termos cá indústrias poluidoras ...*", este tipo de políticas levam-nos ao ponto em que estamos hoje que independentemente da linha que foi traçada com régua e com esquadro coloca na situação de se ter duas freguesias que não respeitam as condições que alguém definiu, que seriam as condições supostamente ideais, as quais pessoalmente não concorda, para que a freguesias funcionassem. Como é óbvio, freguesias agregadas, sejam elas quais forem, principalmente as rurais, os serviços prestados pelo órgão autárquico a nível de freguesia que fique apos esta alteração, são sempre muito pior prestados porque a distância vai aumentar e nas zonas rurais a situação agrava-se. É contra a extinção das freguesias nas zonas rurais, já nas zonas urbanas, acha que se pode ter outro tipo de discussão, exemplificando com o Concelho do Entroncamento, que era até há poucos anos uma única freguesia e Concelho e de alguns anos para cá, passou a existir duas freguesias e agora vai voltar a uma freguesia, no Concelho de Torres Novas, após os últimos Censos, de 2001, houve aldeias, nomeadamente Meia Via, que era uma aldeia de uma freguesia urbana de Torres Novas e, já depois dos Censos de 2001, passou a figurar como freguesia, esta é se calhar uma a extinguir. -----

Em zonas rurais, régua e esquadro não e ajustam porque só fazem linhas direitas, grosso modo, e há linhas que por muito que se queiram endireitar vão ter que ficar redondas porque é assim que a população quer e, pessoalmente é muito a favor do que a população entende e, pelo que foi registado nos plenários que foram feitos nas freguesias, a grande maioria da população foi contra a extinção das freguesias e, portanto, no grupo de trabalho, toda a gente está empenhada em arranjar argumentos e criar um documento o mais forte possível, para apresentar a quem de direito. -----

Interveio o Senhor deputado Júlio Lobato referindo serem duas posições completamente distintas, as freguesias urbanas e as freguesias rurais, porque as freguesias urbanas têm as freguesias e todos os outros serviços e Câmaras, etc., no mesmo sítio quase e com facilidades de acesso, as freguesias rurais é uma realidade completamente diferente e o número delas não é assim tão significativo em relação a termos económicos de agregar ou de extinguir para poupar eventualmente eleitos locais ou outras coisas, porque eventualmente as freguesias rurais têm uma função social e de proximidade que não e compadecem com as distâncias que as pessoas terão de percorrer para ir à sede de Concelho ou à freguesia que vai ser integrada. Na sua maneira de pensar, não se deve pensar em poupar dinheiro por este ou aquele motivo porque se se quer poupar dinheiro, há que poupá-lo em muitas outras coisas que já foram faladas e que toda a gente sabe onde se pode reduzir despesa e não é nas juntas de freguesia. Em termos de isolamento, quanto mais dificuldades forem criadas às pessoas que lá vivem, mais se tiram de lá para fora e portanto se agora, não se lá vai amanhã nem a metade do caminho se chega a ir, porque tudo vai ficando abandonado. A razão de se chegar a este ponto é que houve desperdícios e agora quem vai pagar são os mais fracos e os mais fracos são as populações e que foram abandonadas, inclusive no Concelho de Sardoal. -----

Referiu ser contra a extinção de qualquer freguesia, a não ser em casos especiais, com uma certa dimensão. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António enaltecendo as intervenções dos outros deputados, os quais têm conhecimento do que é a realidade das freguesias rurais, como no caso de Santiago de Montalegre, que até é a mais rural de todas e, se se pensar que é a ultima freguesia do distrito de Santarém, a norte, também as aldeias são as últimas e quanto mais as pessoas estiverem afastadas do centro onde vão fazer as suas coisas, maior será a nossa ruralidade, isto é indesmentível. Referiu não perceber qual a diferença entre agregação e extinção, assim como não percebe se a freguesia de Santiago de Montalegre for agregada a outra, como poderá continuar a ser Santiago de Montalegre, custando-lhe a entender esta situação, tendo nascido, crescido e vivido na sua freguesia, sempre com o mesmo nome, não lhe parecendo que daqui a uns anos, as pessoas que venham lembra-se que Santiago de Montalegre existiu, ou seja, custa-lhe a entender como é que aquela freguesia não deixará de ser Santiago de Montalegre. -----

Referiu que no meio de tudo o que foi dito e daquilo que ainda não foi dito e que de alguma forma vieram agravar tudo a situação ao longo dos anos, não é de modo nenhum culpa dos últimos executivos a situação que se está a passar, recordando que no caso de Santiago de Montalegre, todas as aldeias têm luz elétrica, estrada asfaltada, as valetas limpas, havendo um série de situações que

criam condições para as pessoas aí permanecerem. Compreende as dificuldades da Misericórdia que tem de prestar apoio às pessoas mais carenciadas e tem dificuldades em chegar até elas, mas o facto de se ser agregado a outra freguesia, em nada vai alterar, as dificuldades continuam a ser as mesmas ou talvez maiores, porque, por muito respeito que tenha pelo Senhor Presidente da Junta de Alcaravela e pelo Senhor Presidente da Junta de Sardoal, sejam eles quem forem, não lhe parece que, aumentando o limite que o gráfico das suas freguesias e aumentando também o número de pessoas, tenham capacidade para dar a mesma resposta que têm atualmente, porque são mais pessoas, mais quilómetros, maiores distâncias. Este executivo criou o centro de Férias do Codes, que foi uma excelente iniciativa, o Codes viveu nos últimos anos situações que há muito tempo não vivia, porque vão para lá crianças, jovens, adultos, dando vida à aldeia e, infelizmente está-se a falar de uma aldeia que em 1930 tinha 150 habitantes e hoje tem apenas dois, e porquê, não é culpa da zona industrial estar mal concebida, a culpa vem do passado, a culpa foi de quem, nos anos setenta por exemplo eletrificou parte do Concelho de Sardoal e deixaram vergonhosamente por eletrificar as aldeias do Brescovo, da Salgueira, da Portela da Selada, do Codes e da Amieira vá-se lá saber porquê. A honra seja feita à Presidente da Câmara na altura, Francelina Chambel, que teve o cuidado de fazer esse trabalho, hoje ainda lá existe eletrificação. -----

Também não sabe porque é que a variante da estrada Nacional 2, de Sardoal a Vila de Rei, esteve inicialmente traçada a cortar a freguesia de Santiago de Montalegre ao meio e porque é que depois se fez um novo traçado para ficar mais próximo da freguesia de Alcaravela, que por ser mais poderosa a estrada foi chegada para lá e Santiago de Montalegre ficou a perder e muito. Mas há mais, ainda hoje se falou nos problemas que tem trazido a Barragem da Lapa, há uns anos largos e nessa altura o atual Presidente da Câmara era também um defensor dessa situação e também foi na altura contra a construção da Barragem da Lapa e também era a favor de, nas águas da Ribeira do Codes, nomeadamente na foz da Amieira, que se fizesse ali uma barragem, era tão simples quanto isto, água de melhor qualidade ou pelo menos igual, subiria para o ponto mais elevado da freguesia de Santiago de Montalegre e vinha por gravidade para todo o concelho, muito menores custos, água de melhor qualidade, estes problemas todos que existem agora seriam evitados, provavelmente estariam lá mais pessoas do que as que estão agora, mas é tudo uma quantidade de situações que ninguém fala mas foram de facto as grandes responsáveis pela desertificação daquelas aldeias, são estes pormenores importantes que se passaram ao longo dos anos que atiraram para este tipo de situações. Não se pode culpar os últimos executivos, os quais fizeram o que puderem, é um facto, a obra está feita, mas não se pode dizer que não e tenham preocupado com aquelas aldeias, preocuparam-se. Houve situações em

que se foi criando e outras em que não, devido à falta de capacidade de muitos autarcas que passaram por lá também não saber de alguma forma apresentar projetos e resolver muitos problemas, não houve, é certo, falou dos que já cá não estão, porque dos que estão vivos, todos tiveram culpa no cartório, porque houve muitas coisas que se poderiam ter feito e não se fizeram e daí agora estar-se a discutir qual a freguesia que se vai extinguir, para onde irá, se para Alcaravela ou Sardoal, isso não é importante, o importante é não extinguir, o importante é não acabar. O que defende é que de facto a freguesia não acabe e, as palavras que diz para Santiago de Montalegre, diz também para Valhascos, pois está na mesma situação. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras para fazer referência aos custos das Assembleias, por exemplo uma Assembleia de uma freguesia como Alcaravela ou Santiago de Montalegre, que são cerca de 210 euros por ano, questionando qual vai ser o resultado de uma agregação de uma freguesia destas, questionando se será que é isto que vai salvar o orçamento. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo terem sido apresentadas duas moções, as quais se enquadram perfeitamente, porque partem das freguesias em questão e têm de ser vistas como moções emanadas de freguesias que correm o risco de serem agregadas a outras. -----

As moções foram postas a votação, primeiro, a de Santiago de Montalegre, a qual foi aprovada por maioria com três abstenções e dezasseis votos a favor e a de Valhascos, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções e dezasseis votos a favor. -----

O Senhor Presidente da Mesa interveio referindo que este é um assunto que pode ser visto sobre dois pontos de vista, um emocional e outro racional e, sobre o ponto de vista emocional, não pode concordar mais com estas moções. Andou na escola de Santiago de Montalegre tendo uma grande afinidade com aquela localidade, assim como tem por Valhascos e, para não se alongar mais, sob o ponto de vista racional e é este que aqui tenta por, não poderia votar de outra maneira, porque as pessoas que sabem da minha opinião, que não é a favor da extinção das freguesias, mas é a favor da revisão administrativa, achando que ela não está a ser feita da melhor maneira, que deveria ser feita de uma forma mais global, que desse para redimensionar os Concelhos, na sua opinião é este o lapso da revisão administrativa. -----

Qualquer revisão, qualquer reformulação tem critérios e fossem eles quais fossem, iriam ser sempre considerados injustos, porque iriam sempre penalizar uma ou outra freguesia, chamando a atenção para a seguinte questão, que, na sua opinião prejudica mais o interior do preço das portagens da A23 do que provavelmente a agregação, digo a mudança de local de sede da freguesia de qualquer uma

destas freguesias, é muito mais prejudicial a estas freguesias o custo das portagens, e ao mundo rural, do que esta reformulação, esta mudança de local da sede das freguesias. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o munícipe Senhor Ramiro, referindo-se ao livro verde, que está plenamente de acordo com a moção que o senhor deputado Francisco António e o Senhor Presidente da Junta de Valhascos apresentaram, que de facto, é de honrar, terem defendido as populações e as freguesias, porque na realidade é verídico tudo o que disseram, o passado histórico, desde 1928, desde 1949 que é o caso da freguesia de Valhascos. Referiu dar o seu apoio mas que não podiam estar de acordo com duas intervenções que foram feitas, pois os Presidentes de Juntas, são os empregados do Estado que mais baratos, mais económicos ficam ao Estado e às populações, são aqueles que estão 24 sobre 24 horas disponíveis para qualquer assunto que haja, um cano rebentado, uma pessoa idosa que caiu e tenha de se telefonar, qualquer intervenção que haja na localidade, recorre-se ao Presidente da Junta. -----

De facto, tal como o Presidente da Junta de Valhascos escreveu e muito bem, na realidade isto é uma regra, uma lei que está a ser feita de régua e esquadro porque não há mais economia mesmo que, as verbas desses Presidentes, dessas juntas a extinguir, embora se mantenha na mesma Valhascos e Santiago de Montalegre, essas verbas mesmo que sejam transferidas para as outras Juntas que os vão agregar não é com esse valor que na realidade os Presidentes de Junta irão certamente tomar conta dos munícipes dessa localidade, portanto, logo à partida vai dar um encargo e vai ser mais uma batata quente que estão a passar para essas Juntas de Freguesia. Não está nem nunca foi pela rivalidade e aqui não há qualquer rivalidade entre Valhascos e Sardoal, sendo contra essa situação. -----

Ao contrário do que se disse das comissões de moradores, referiu não funcionar, funciona sim as Juntas de Freguesia porque ainda existe algum respeito, porque as associações de moradores está-se tudo borrifando porque na realidade já foi chão que deu uva. -----

Referiu também que os custos da A23, para uma pessoa que não tem carro, para esta pessoa isto não lhe diz nada, mas se lhe tirarem o Presidente da Junta a ele já lhe vai dizer muito porque lhe tiram a pessoa com quem ele vai contactar, na sua opinião são coisas distintas. -----

Santiago de Montalegre e Valhascos não podem deixar que seja a Troika, o Ministro Relvas, seja quem for, que venha impor, que, coisas que os antepassados construíram, agora tenha que se acabar com as freguesias. -----

Agradeceu que a comissão tenha ido aos Valhascos dar apoio e esclarecimento, lamentando terem comparecido somente cerca de 30 pessoas, porque isto toca a todos. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____